



# **CADERNO DE ENCARGOS**

## **CONCURSO PÚBLICO**

**(AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS)**



## **PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Cláusula 1.ª - Caderno de Encargos e Objeto**

1.O presente Caderno de Encargos compreende as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar no âmbito de Concurso Público cujo objeto consiste em “**AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS**”, de acordo com os seguintes lotes:

- a) Lote 1 – Fornecimento de Mobiliário de Escritório;
- b) Lote 2 – Fornecimento de Mobiliário Escolar.

2.O contrato objeto do presente procedimento é celebrado ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (adiante CCP).

### **Cláusula 2.ª – Local Da disponibilidade dos bens**

Os bens objeto do contrato devem ser entregues conforme indicação na Matriz de Quantidades.

### **Cláusula 3.ª – Documentos Contratuais**

1. O contrato será celebrado por escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Para além do clausulado contratual e respetivos anexos, fazem parte integrante do contrato de aquisição os seguintes documentos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pela entidade convidada, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para o efeito;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;



- d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, a entidade adjudicatária obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
4. O estabelecido no texto do contrato prevalece, em caso de dúvida, sobre o que constar dos demais documentos.
5. Havendo contradição entre os documentos que integram o contrato, nos termos do n.º 2 da presente cláusula, a respetiva a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º deste Código.

#### **Cláusula 4.ª – Prazo de Vigência**

- 1. O contrato será válido durante o período de validade do procedimento, devendo os bens ser entregues no prazo de máximo de até 60 dias.
- 2. O contrato entra em vigor na data da sua celebração.

### **Capítulo II**

#### **Obrigações Contratuais**

##### **Secção I**

#### **Obrigações da Entidade Adjudicatária**

#### **Cláusula 5.ª - Obrigações da entidade adjudicatária**



Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações:

- a. Executar as prestações objeto do contrato de acordo com o estipulado nas cláusulas técnicas do Anexo I do presente Caderno de Encargos;
- b. Entregar ao Município de acordo com as suas necessidades os produtos constantes do contrato;
- c. Transportar os bens para o local que for designado dentro da área geográfica do Município de Almeirim;
- d. Comunicar antecipadamente à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível, o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- e. Não alterar as condições da execução do contrato a celebrar, com exceção dos casos previstos no caderno de encargos;
- f. Não ceder, sem prévia autorização da Entidades Adjudicante, a sua posição contratual;
- g. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de execução do objeto contratual, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- h. Entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos constantes da proposta;
- i. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, sob pena de rejeição;



- j. O fornecedor é responsável perante o Município de Almeirim por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os mesmos lhe são entregues.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup> – Objeto do dever de sigilo**

1. O adjudicatário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo toda a informação e documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, assim como toda a informação e documentação que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar da extinção, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à prestação de segredos comerciais ou a credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup> - Patentes, licenças e marcas registadas**

São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante a execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.



## **Secção II – Obrigações da Entidade Adjudicante**

### **Cláusula 9.<sup>a</sup> - Obrigações da Entidade Adjudicante**

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

- a. Pagar ao Adjudicatário o preço contratual, nas condições estabelecidas no contrato a celebrar;
- b. Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- c. Facultar toda a informação relativa aos serviços prestados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado;
- d. Respeitar a legislação aplicável, nomeadamente a legislação ambiental e de segurança bem como os procedimentos que sejam comunicados e exigidos pelo adjudicatário na utilização das suas instalações.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Preço Contratual e Condições de pagamento**

1. A Entidade Adjudicante deve pagar ao(s) Adjudicatário(s) o valor constante na(s) proposta(s), o qual não pode exceder:

**Lote 1** – até 13.048,00 €;

**Lote 2** – até 22.750,00 €;

Sendo o valor máximo que a entidade adjudicante esta disposta a pagar, o valor global até € 35.798,00 (trinta e cinco mil setecentos e noventa e oito euros), valor ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor, se for devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas com o a prestação de serviços, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
3. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas.



4. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao(s) adjudicatário(s), por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou cheque.

### **CAPÍTULO III – Penalidades contratuais e resolução**

#### **Cláusula 11.ª – Penalidades Contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de sanções pecuniárias pelo incumprimento das datas e prazos de entrega de prestação de serviços acordados entre as partes, calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$S = V \times A / 250$$

Em que S corresponde ao montante da sanção, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em atraso.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado das sanções não poderá exceder 20% do preço contratual.
3. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização por mora e incumprimento definitivo.

#### **Cláusula 12.ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a



respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, caso o adjudicatário viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
  - a) Atraso, total ou parcial, no cumprimento das obrigações contratuais superior a cinco dias ou declaração escrita da entidade adjudicatária de que o atraso excederá esse prazo.
  - b) Não cumprimento por parte do adjudicatário das especificações técnicas referidas no Anexo I do Caderno de encargos.
2. O exercício do direito de resolução terá lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, da entidade adjudicatária, da qual conste a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela Entidade Adjudicante.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à Entidade Adjudicante nos termos gerais.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – Caução**

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

## **Capítulo IV – Disposições Finais**

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – Gestor do Contrato**

Nos termos e para efeitos do artigo 290.ºA do CCP, no contrato celebrado entre as partes será indicado o Gestor do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.



### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Contagens de prazos**

Os prazos previstos no contrato de aquisição são contados de acordo com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup> – Notificações**

1. As notificações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados nos contratos, e efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que o presente Caderno de Encargos exija uma formalidade especial, as notificações podem ser efetuadas pelos seguintes meios:
  - a) Por carta registada com aviso de receção;
  - b) Por correio eletrónico: [concursos@cm-almeirim.pt](mailto:concursos@cm-almeirim.pt).
3. As notificações efetuadas nos termos da alínea a) do número anterior devem ser confirmadas por qualquer um dos meios previstos nas alíneas b) e c), no prazo de 2 (dois) dias.
4. Salvo indicação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do contrato de aquisição só produzem efeitos após notificação, nos termos previstos nos números anteriores.
5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes dos contratos deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup> - Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo adjudicatário e cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup> - Encargos do Contrato**



As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

**Cláusula 20.<sup>a</sup> – Proteção de dados**

Os contraentes obrigam-se a cumprir o disposto no Regulamento Geral da Proteção de Dados.

**Clausula 21.<sup>a</sup> - Legislação Aplicável**

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código de Contratos Públicos e demais legislação aplicável.